

Mesmo com um lucro fabuloso, Petrobrás nega adiantamento da PLR em dezembro

FUP só iniciará discussão de critérios e parâmetros, após a empresa definir a data da antecipação

Com uma rentabilidade que supera até mesmo a das grandes empresas do sistema financeiro, não há desculpas para que a Petrobrás negue antecipar a PLR em dezembro aos trabalhadores. Só a *holding* já acumula nos três primeiros trimestres do ano lucro líquido de R\$ 14,22 bilhões. Ou seja, R\$ 4,4 bi a mais do que todo o lucro recordista de 2002!

No entanto, apesar destes fabulosos resultados, alcançados com o esforço de cada um de seus trabalhadores, a Petrobrás alega “dificuldades de fluxo

de caixa” para atender à reivindicação da FUP de antecipar a PLR este mês.

Na reunião de acompanhamento do ACT (03/12), a Federação insistiu para que haja um adiantamento ainda em dezembro, já que a própria empresa criou essa expectativa na categoria, ao informar que iniciaria as negociações da PLR imediatamente após a assinatura do Acordo Coletivo.

A Petrobrás está agendando reuniões específicas para tratar desta questão na próxima semana, mas a FUP afirmou que só iniciará as discussões

de critérios e parâmetros para pagamento da PLR se a empresa definir a antecipação o mais rápido possível.

Vale lembrar que a Petrobrás já provisionou R\$ 3,29 bi para os acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, os quais serão deduzidos dos dividendos. A empresa, portanto, tem plenas condições de adiantar também para os trabalhadores parte da distribuição da PLR. É à sua força de trabalho que a Petrobrás deve os resultados recordistas tão festejados nos últimos anos pelos acionistas.

Retorno dos anistiados deve ocorrer ainda em dezembro

Na reunião da Comissão que trata das demissões e punições (03/12), a FUP cobrou a reintegração, já a partir deste mês, dos demitidos anistiados pela Lei 10.790, sancionada 28/11 pelo presidente Lula. A Petrobrás ficou de apresentar na próxima reunião da Comissão, marcada para o dia 11/12, a relação dos trabalhadores que foram demitidos entre setembro de 94 e 96.

Além de sua listagem oficial, onde constam 83 demitidos, a empresa também está analisando a lista

complementar apresentada pela FUP e sindicatos no início do ano, com mais 13 casos de demissões políticas ocorridas neste período.

Os sindicatos estão concluindo o levantamento de todas as demissões e punições em consequência de participação dos trabalhadores em movimentos reivindicatórios entre 10/09/94 a 01/09/96, como determina a Lei 10.790.

Ou seja, a anistia vale para todos os movimentos reivindicatórios deste período, além das greves de 94 e 95.

FUP quer negociar os dias parados

Na próxima reunião da Comissão (dia 11), a Petrobrás deverá apresentar a relação das punições políticas, conforme cobrado pela FUP, que exige a anistia de todas as advertências e punições do período. A Federação quer negociar também os dias parados e já cobrou da empresa a anistia dos reflexos destes dias sobre férias, 13º, ATS, aumento por mérito, remanejamentos, etc. As punições do período também estão sendo levantadas pelos sindicatos.

(Leia mais sobre a anistia dos petroleiros na edição especial do Primeira Mão, publicada em 03/12)

Reuniões com a Petrobrás

FUP cobra soluções para as questões emergenciais da Petros

A Petros foi o primeiro ponto de pauta da FUP na reunião de acompanhamento do Acordo Coletivo, ocorrida no dia 03. A Federação cobrou soluções para as questões apontadas na campanha reivindicatória como prioritárias para serem resolvidas no Grupo de Trabalho de Previdência Complementar (GTPetros). A Petrobrás sinalizou com uma solução para o fim da exigência do limite de idade para os participantes que ingressaram na Petros entre 23/01/78 e 27/11/79.

A discussão da implementação será feita no âmbito do grupo de trabalho, onde também continuará sendo priorizada a busca de soluções para a correção do cálculo das pensões e a previdência complementar dos trabalhadores novos. Quanto à proposta da FUP de concessão de três benefícios como tratamento isonômico para os aposentados que não migraram para o PPV, a Petrobrás quer discutir de forma global, junto com as demais questões relacionadas ao Plano Petros.

Novo PCAC começa a ser discutido

Já estão em andamento as discussões em torno de um novo plano de cargos e salários para os trabalhadores do Sistema Petrobrás. Os sindicatos estão realizando setoriais e a FUP estará disponibilizando um fórum de discussão sobre o PCAC em sua página na internet (www.fup.org.br).

Na reunião de acompanhamento

do ACT, a Petrobrás propôs realizar em fevereiro (16 e 17) um seminário conjunto com a FUP e os sindicatos para iniciar os trabalhos de mudanças no PCAC. A FUP e os sindicatos realizarão no final de janeiro um seminário nacional para discutir e sistematizar as propostas que serão apresentadas à empresa.

Comissão de Benefícios

Principais pontos da reunião:

Reabilitados - a FUP exige recomposição do benefício de reabilitação. A Petrobrás se comprometeu a não mais descontar o ATS do benefício e se compromete a discutir mudanças em todo o processo de reabilitação;

AMS - a FUP cobrou que a empresa realize uma campanha de esclarecimentos sobre o processo de unificação e ajustes nas faixas de desconto;

Novos dependentes - a empresa informou que já está sendo implementado nas unidades regionais a inclusão

de novos dependentes para os aposentados;

AMS/TRANSPETRO - a FUP questionou a morosidade da implementação da AMS para os trabalhadores da Transpetro, exigindo providências imediatas para acelerar o processo. A Petrobrás alegou que o atraso é devido à incompatibilidade com o sistema de informática da subsidiária. A empresa informou que, assim que Transpetro resolver o problema, efetuará em no máximo duas semanas a emissão das carteiras da AMS.

Comissão de Regimes de trabalho

Reunida no último dia 02, a Comissão tratou de pendências relacionadas à extinção do turno fixo e do RAC, pagamento das horas extras, entre outras questões. A FUP cobrou HE na passagem de serviço do sobreaviso e na chegada e saída do pessoal do regime administrativo.

A empresa se comprometeu a realizar um levantamento das horas devidas nas unidades onde há sobreaviso e a realizar uma reunião específica sobre este regime no início de fevereiro. A FUP exige que a Petrobrás pague todas as horas extras e volte a implantar as equipes de manutenção de turno.

FIQUE DE OLHO

HE na troca de turno no refino e na Transpetro

Ainda continuam em negociação com as gerências locais o tempo médio de troca de turno na REFAP, REMAN, FAFEN-SE e CENPES. Na Transpetro, ainda estão sendo discutidas as horas extras na passagem de serviço dos trabalhadores dos terminais de Duque de Caxias, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, Manaus e Coari. Tanto a Petrobrás, quanto a Transpetro se comprometeram a resolver os casos onde há impasse o mais rápido possível.

Política de terceirização sera revista em seminário com a Petrobrás

Na reunião de acompanhamento do ACT, ficou agendado para os dias 12 e 13 de fevereiro a realização de um seminário conjunto da Petrobrás com a FUP e os sindicatos para tratar da política de terceirização. A Federação realizará na última semana de janeiro um seminário nacional, com participação de todos os sindicatos, para discutir as propostas que serão apresentadas à empresa.

Efetivo: FUP propõe novos estudos na RPBC e no E&P-RN/CE

Também na reunião de acompanhamento do ACT, a FUP propôs que os próximos estudos para recomposição de efetivo tenham início a partir de janeiro na refinaria de Cubatão (RPBC) e no E&P da UN-RN/CE. Já a proposta da Petrobrás é de que a unidade piloto do E&P seja a UN-BSOL. Em relação ao refino, a empresa estará estudando a sugestão da FUP de que o estudo seja feito na RPBC. O entendimento da Federação é de que cabe ao movimento sindical a escolha das unidades pilotos para realização dos estudos, por isso está mantendo a sua proposta.